



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

Relatório de Votação na Especialidade

---

Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2017.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

## ÍNDICE

1. <u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>3</u>
2. <u>RECOLHA DE CONTRIBUTOS .....</u>	<u>4</u>
3. <u>AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS.....</u>	<u>4</u>
4. <u>VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE .....</u>	<u>7</u>

## 1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª (GOV) – *Aprova o Orçamento do Estado para 2017*, votada e aprovada, na generalidade, em sessão plenária ocorrida a de 4 de novembro de 2016, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) nesse mesmo dia, para apreciação e votação na especialidade.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 12.º-F da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua redação atual), bem como do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República, a Proposta de Lei foi discutida em Plenário e votada em Comissão, em sede de especialidade.

Nos termos do estatuído no n.º 4 do artigo 168.º da Constituição da República Portuguesa, remeteram-se a Plenário os seguintes artigos: 48.º, 53.º, 54.º, 56.º, 59.º, 63.º, 71.º, 205.º, 208.º e 212.º. Foram também remetidas a Plenário as propostas de alteração incidentes sobre estas normas, bem como as seguintes: 88c, 112c, 190c, 192c, 194c, 196c, 200c, 204c e 375c.

O processo de apreciação e votação na especialidade da proposta de lei suprarreferida, em sede da Comissão, decorre de modo desmaterializado, com recurso à aplicação informática desenvolvida para esse efeito, da qual constam o articulado e mapas da proposta de lei, a legislação nela citada referente a diplomas a alterar, bem como as propostas de alteração apresentadas.

Deste modo, as propostas de alteração apresentadas pelos Senhores Deputados foram submetidas eletronicamente, tendo o seu registo, tratamento e ordenação para efeito de elaboração dos guiões de votações e dossiês de acompanhamento sido, igualmente, efetuado eletronicamente. A aplicação foi sendo atualizada com a informação relativa aos desenvolvimentos da votação na especialidade, guiões de votação (de articulado e mapas) e dossiês de acompanhamento e, naturalmente, os respetivos resultados das votações efetuadas. De igual modo, a substituição de propostas e a retirada das mesmas foi efetuada com recurso à aplicação informática.

Através de uma página internet específica referente ao Orçamento do Estado para 2017, a Comissão disponibilizou toda a informação do processo orçamental, vários

documentos de trabalho, os pareceres das Comissões parlamentares permanentes e o relatório final da COFMA, os pareceres emitidos por diversas entidades externas, bem como os documentos setoriais remetidos pelo Governo para efeitos das audições em sede de especialidade, no decorrer da apreciação da iniciativa. Foram, também, disponibilizados os guiões de votações e dossiês de acompanhamento.

## 2. RECOLHA DE CONTRIBUTOS

Nos termos legais e regimentais previstos, a Comissão solicitou a pronúncia da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias, do Conselho das Finanças Públicas e dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas. Relativamente às Regiões Autónomas, e nos termos estatuídos por lei, foram igualmente remetidas aos respetivos órgãos de Governo próprios, através de correio eletrónico e/ou da aplicação informática, todas as propostas de alteração incidentes sobre disposições da sua esfera de competências e/ou interesse.

A Comissão solicitou, igualmente, o parecer do Conselho Económico e Social e da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Para os efeitos previstos na Lei em matéria de trabalhos preparatórios de legislação laboral, a Comissão deliberou, adicionalmente, solicitar a publicação da proposta de lei para efeitos de apreciação pública da proposta de lei, que decorreu entre 20 de outubro a 9 de novembro e no âmbito da qual foram recebidos diversos contributos.

Todos os pareceres e contributos recebidos foram publicitados na [página](#) da iniciativa.

## 3. AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS

No âmbito da apreciação na especialidade da proposta de lei, e em conjunto com as Comissões parlamentares competentes em razão da matéria, a COFMA realizou um conjunto de audições com os membros do Governo, nos termos do n.º 1 do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República:

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Data	Entidades
2016-11-07	Ministro do Planeamento e das Infraestruturas; Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão; Secretário de Estado das Infraestruturas
2016-11-07	Ministro dos Negócios Estrangeiros; Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação; Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas; Secretário de Estado da Internacionalização
2016-11-08	Ministra do Mar; Secretário de Estado das Pescas
2016-11-08	Ministro dos Negócios Estrangeiros
2016-11-09	Ministro do Ambiente; Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente; Secretário de Estado do Ambiente; Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza
2016-11-09	Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação; Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural
2016-11-10	Ministro da Cultura; Secretária de Estado da Cultura
2016-11-10	Ministro da Defesa Nacional; Secretário de Estado da Defesa
2016-11-11	Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
2016-11-11	Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Secretária de Estado da Segurança Social; Secretária de Estado das da Inclusão das Pessoas Com Deficiência; Secretário de Estado do Emprego
2016-11-14	Ministro da Saúde; Secretário de Estado Adjunto e da Saúde; Secretário de Estado da Saúde
2016-11-14	Ministra da Administração Interna; Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna; Secretário de Estado da Administração Interna
2016-11-15	Ministro da Educação; Secretária de Estado Adjunta e da Educação; Secretário de Estado da Educação; Secretário de Estado da Juventude e Desporto
2016-11-15	Ministro da Economia; Secretário de Estado Adjunto e do Comércio; Secretário de Estado da Indústria;

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

Secretário do Estado do Turismo	
2016-11-16	Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa; Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros; Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa
2016-11-16	Ministra da Justiça; Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
2016-11-17	Ministro-Adjunto; Secretário de Estado das Autarquias Locais; Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade
2016-11-18	Ministro das Finanças; Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais; Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças

Adicionalmente, a Comissão levou a cabo um conjunto de outras audições, no âmbito da apreciação da iniciativa:

<b>Data</b>	<b>Entidades</b>
2016-11-10	ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias
2016-11-10	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
2016-11-17	Conselho das Finanças Públicas
2016-11-17	CES - Conselho Económico e Social

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

A Comissão concedeu, também, audiências às entidades que o solicitaram:

<b>Data</b>	<b>Entidades</b>
2016-11-02	JTI - Japan Tobacco International
2016-11-02	ALF - Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting
2016-11-02	ANTROP - Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros
2016-11-02	ANEBE - Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas
2016-11-02	PROBEB - Associação Portuguesa das Bebidas Refrescantes Não Alcoólicas
2016-11-02	SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior
2016-11-08	Tribunal de Contas
2016-11-14	AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
2016-11-14	APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios
2016-11-14	CSP - Confederação dos Serviços de Portugal
2016-11-14	Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos
2016-11-15	Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

#### **4. VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE**

As votações na especialidade ocorreram nas reuniões da Comissão dos dias 24, 25 e 28 de novembro (nas tardes subsequentes à discussão na especialidade, em Plenário), tendo contado com a presença do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, do Senhor Secretário de Estado do Orçamento, da Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público e da Senhora Secretária de Estado da Segurança Social.

O registo de votações em Comissão é parte integrante deste relatório, sendo publicado na página internet da Comissão, conjuntamente com o relatório.

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

Antes de se iniciarem as votações, a Senhora Deputada Jamila Madeira (PS) apresentou uma declaração em como não votou as normas (e eventuais propostas de alteração) referentes aos artigos 135.º a 138.º, 189.º, 209.º e 210.º da Proposta de Lei, devido a potencial conflito de interesses.

No final de cada reunião de votações na especialidade, os Grupos Parlamentares procederam ao envio de requerimentos de avocação de artigos / propostas de alteração para votação em Plenário, tendo sido abrangidos os seguintes:

- Propostas 2c, 3c, 22c, 49c, 58c, 83c, 106c, 107c, 119c, 114c, 122c, 125c, 128c, 152c, 161c, 165c, 166c, 167c, 171c, 172c, 181c, 184c, 205c, 216c, 220c, 227c, 230c, 240c, 241c, 247c, 256c, 263c, 288c, 304c, 313c, 337c, 341c, 345c, 366c, 422c, 426c;
- Artigo 200.º.

Assembleia da República, 28 de novembro de 2016.

**A Presidente da Comissão**



**(Teresa Leal Coelho)**